



## ENTRAVES PARA O ETNODESENVOLVIMENTO NA REGIÃO INDÍGENA INGARIKÓ-RR

Georgia Patrícia da Siva<sup>1</sup>  
Elizabete Melo Nogueira<sup>2</sup>  
Canrobert Penn Costa Neto<sup>3</sup>  
Jaqueline Silva da Rosa<sup>4</sup>

### RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de analisar quais os projetos desenvolvidos que buscam promover o protagonismo político e social/cultural, ou seja, pela via do etnodesenvolvimento, na região indígena Ingarikó - Roraima. Tomaram-se como suporte teórico as principais referências na América Latina sobre etnodesenvolvimento. A pesquisa realizada é de cunho qualitativo, descritivo e exploratório. Utilizou-se de observação participante e de entrevistas com lideranças da comunidade. Percebe-se que os indígenas encontram dificuldades para promover o etnodesenvolvimento, tais como: pouco controle do território, insegurança alimentar e desvirtuado investimento na educação impedindo a capacitação e elevação do nível de escolaridade dos indígenas.

**Palavras-chave:** etnodesenvolvimento, Ingarikó, protagonismo, indígenas

### ABSTRACT

This study aims to analyze which projects developed that seek to promote the political leadership and social/cultural, the ethnodevelopment, in the indigenous region Ingarikó - Roraima. Were taken as theoretical support the main references in Latin America on ethnodevelopment. The research is a qualitative, descriptive and exploratory. We used participant observation and interviews with community leaders. It is noticed that the natives find it difficult to promote ethnodevelopment, such as little control of the territory, food insecurity and undermined investment in education and training preventing the rise in the level of education of the natives.

Keywords: ethnodevelopment, Ingarikó, leadership, natives

<sup>1</sup> Doutora. Universidade Federal de Roraima (UFRR). geoufpe@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Mestre. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR)

<sup>3</sup> Doutor. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

<sup>4</sup> Mestre. Universidade Federal de Roraima (UFRR).



## 1 INTRODUÇÃO

Os interesses nas áreas indígenas da Amazônia parecem, em larga medida, ligados à ideia de sustentabilidade, de preservação do ambiente, mas pouco a pouco se percebe que os problemas dos povos indígenas não foram equacionados com o discurso da conservação, utilização racional e sustentável do meio ambiente, visto que existe uma pluralidade de situações indígenas e ecológicas existentes no Brasil.

A exemplo, do que foi dito, têm-se as comunidades indígenas da TIRSS – Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima, que atualmente passam por dificuldades na perspectiva de viabilizar o processo de sua autonomia em função do tipo de “desenvolvimento” impulsionado e impelido pelos diversos órgãos governamentais e entidades privadas.

No intuito de conhecer as características das atuais formas de relação entre povos Indígenas, a sociedade urbana e o Estado de Roraima este trabalho tem o objetivo de analisar quais os projetos desenvolvidos que buscam promover o protagonismo político e social/cultural, ou seja, pela via do etnodesenvolvimento, na região indígena Ingarikó<sup>5</sup>.

Para Stavenhagen (1985) o termo etnodesenvolvimento tem como propósito a manter a etnicidade das comunidades indígenas, procurando estimular a sua organização social, a fim de inserir indicadores como segurança alimentar e melhoria do nível de escolaridade. Na definição de Stavenhagen (1985, p. 18) “o etnodesenvolvimento significa que uma etnia, autóctone, tribal ou outra, detém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura, e é livre para negociar com o estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses”.

Para realização do estudo tomou-se como suporte teórico as principais referências na América Latina sobre etnodesenvolvimento. A pesquisa realizada é de cunho qualitativo, descritivo e exploratório. Utilizou-se de entrevistas com Tuxauas<sup>6</sup>, segundos Tuxauas, e professores, pela liderança que exercem sobre a comunidade. Além disso, recorreu-se à observação participante a qual é utilizada como instrumento no contexto das populações carentes, “com seus problemas educacionais, culturais ou de consciência política” (THIOLLENT, 1997, p.21).

## 2 ETNODESENVOLVIMENTO: UMA ALTERNATIVA PARA OS INDÍGENAS

<sup>5</sup> A população Ingarikó é um povo de filiação linguística Karib, autodenominado Kapon, chamados de Ingarikó. Habitam a etnoregião Ingarikó Wii Tipi, ao norte da TIRSS, extremo norte do Brasil, no município do Uiramutã.

<sup>6</sup> O Tuxaua é um líder político com boa oratória e respeitável caçador. Cabe a ele representar o povo em eventos internos e externos, organizar as tarefas comunitárias e manter a ordem na aldeia.



As primeiras discussões sobre o tema etnodesenvolvimento aconteceram em Barbados em 1971 e 1977 respectivamente quando Antropólogos assinaram as declarações de Barbados I – Pela Libertação dos Indígenas, Barbados II – Irmãos Índios e reunião internacional sobre etnocídio e etnodesenvolvimento na América Latina, promovida pela Organização das Nações Unidas para a educação, à ciência e a cultura - UNESCO em parceria com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO em dezembro de 1981. Estes documentos apontam a forma de exploração das comunidades indígenas pela sociedade envolvente e a definição de uma postura para manutenção dos valores culturais, econômicos, sociais e, sobretudo religioso dos Índios.

Para Azanha (2002, p 32), o “etnodesenvolvimento, quando referido às sociedades indígenas brasileiras, envolve” os seguintes “indicadores”: “aumento populacional, com segurança alimentar plenamente atingida”; elevação do nível de escolaridade na língua materna ou na língua portuguesa “dos jovens aldeados”; “procura pelos bens dos “brancos” plenamente satisfeita por meio de recursos próprios gerados internamente de forma não predatória, com relativa independência das determinações externas do mercado na captação de recursos financeiros” e completo domínio dos negócios com o “estado e agências de governo, a ponto de a sociedade indígena definir” essas negociações “impondo o modo como deverão ser estabelecidas”.

Nesta perspectiva o etnodesenvolvimento visa à melhoria da qualidade de vida das comunidades indígenas por meio da qualificação de recursos humanos sem, contudo perder de vista seus valores culturais, devendo manter – se como sociedade etnicamente diferenciada, compreendo sua língua e a da sociedade envolvente, para obtenção dos bens e produtos dos “brancos” por meio de recursos próprios, sem, contudo destruir o ambiente natural.

Essa postura, requer dos indígenas tomem posse do seu território utilizando os seus saberes e fazeres como protagonistas do seu desenvolvimento. É como afirma Bonfil Batalla et al (1982, p.24), “o etnodesenvolvimento requer que as comunidades sejam efetivamente gestoras de seu próprio desenvolvimento, que busquem formar seus quadros técnicos” que lhes permitam “exercer autoridade sobre seus territórios e os recursos naturais neles existentes, de serem autônomos quanto ao seu desenvolvimento étnico e de terem a capacidade de impulsioná-lo”.

Na visão de Little (2002):

O foco central de quaisquer programas ou atividades que visam o etnodesenvolvimento é o grupo étnico e suas necessidades econômicas e reivindicações políticas. Para tanto, o principal nível no qual se trabalha o etnodesenvolvimento é o local, justamente porque é nesse nível onde existem maiores oportunidades para os grupos étnicos exercerem influência nas decisões que lhes afetam e, como consequência, promover mudanças nas suas práticas econômicas e sociais (LITTLE, 2002, p. 40).



Os grupos étnicos ao participarem do processo decisório de suas reivindicações políticas para solucionar suas necessidades econômicas estarão fortalecendo e ampliando sua capacidade de decisão. Bonfil Batalla (1995, p. 470) alude que “o etnodesenvolvimento se traduzirá na redução dos componentes externos e impostos intrinsecamente na totalidade cultural<sup>7</sup>”. Fica patente a necessidade de valorização da produção, das práticas de manejo e do fortalecimento dos recursos naturais disponíveis nas áreas indígenas.

Valorizar as sementes tradicionais é valorizar os conhecimentos e as práticas indígenas de manejo e cultivo; é respeitar a lógica e as formas como ocupam e desfrutam dos territórios e dos recursos ali disponíveis; é valorizar as gerações passadas e futuras; é dar vida às histórias e aos relatos míticos desses povos. As sementes tradicionais são parte da sua identidade coletiva (VERDUM 2010, p. 35).

Nesse sentido a valorização dos conhecimentos locais, da diversidade cultural, da utilização de novas tecnologias, busca segundo Nascimento (2010) contemplar as linhas de ações definidas nas propostas de etnodesenvolvimento em terras indígenas:

(i) apoio às ações de segurança alimentar e nutricional, à geração de renda e à gestão sustentável dos recursos naturais nas Terras Indígenas; (ii) capacitação dos indígenas na elaboração, execução, monitoramento e avaliação de projetos produtivos; (iii) valorização das técnicas e dos conhecimentos tradicionais relacionados à produção de alimentos, utensílios e à extração de produtos agroflorestais e (iv) estímulo ao uso de técnicas tradicionais na recuperação de áreas degradadas. (NASCIMENTO, 2010, p 171)

Diante desse cenário, o etnodesenvolvimento em comunidades indígenas deve levar em consideração os saberes, as relações temporais, culturais e sociais desses povos, uma vez que a aquisição de novas competências e habilidades de manejo de novas tecnologias os levará ao desenvolvimento sustentável, possibilitando exercerem influência nas decisões que lhes afetam e que promova mudanças no cotidiano das comunidades.

### 3 ANÁLISE DO ETNODESENVOLVIMENTO NA REGIÃO INGARIKÓ

A pesquisa foi realizada na TIRSS, na etnoregião Ingarikó, localizada em território que inclui o PARNA Monte Roraima, uma área de ocupação tradicional, apropriação e uso dos recursos naturais, assegurado pela Constituição do Brasil para a sobrevivência da cultura, dos usos e dos costumes dos indígenas.

O decreto de homologação da TIRSS manteve o PARNA Monte Roraima (Decreto 97.887 de 28 de junho de 1989), dando termo jurídico de dupla afetação. O PARNA Monte Roraima possui uma área de 116.000 hectares, está situado dentro da região Ingarikó Wîi Tîpî, seu conselho gestor prevê a gestão compartilhada entre o povo ingarikó, instituições governamentais

<sup>7</sup> Tradução própria.

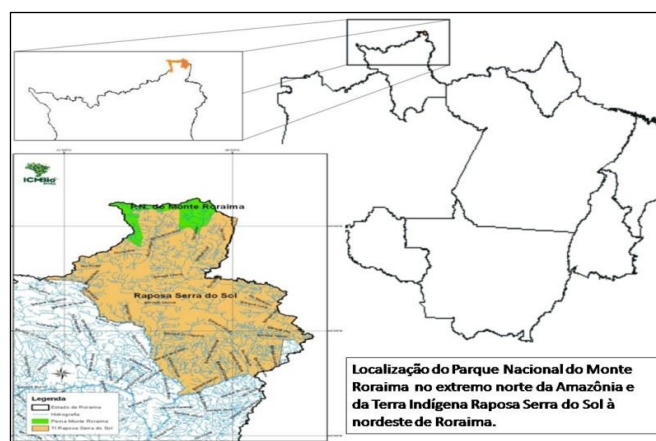


e sociedade civil. Conforme Lauriola (2003, p. 177), —os Índios Ingarikó representam o maior grupo indígena da TIRSS, com uma população de aproximadamente 1.398 pessoas, divididos em 11 comunidades.

tradicionalmente habitam as serras da região nordeste de Roraima, dos dois lados da fronteira com a Venezuela, onde sua população é aproximadamente de 500 pessoas, e com a República Cooperativista da Guiana, (ex-Guiana inglesa), onde o grupo denomina-se Akawaio e registra sua maior população – 7.760 indivíduos (LAURIOLA, 2003, p. 177).

Conforme o Instituto Socioambiental – ISA (2009), a TIRSS fica a noroeste de Roraima, (figura 1). É habitada por aproximadamente 16.484 mil Índios, os quais ocupam 164 aldeias. A homologação foi caracterizada pelas reivindicações que duraram mais de 30 anos pelos povos indígenas Macuxi, Wapixana, Patamona, Ingarikó, Taurepang e Saporá.

Figura 1 – localização de Roraima e do Parque Nacional no contexto da Amazônia



Fonte: ICMBio/2012

Roraima é o Estado que apresenta a maior proporção de população indígena do país, “aproximadamente 11%” (IBGE, censo 2010). Se for comparada a densidade demográfica do estado de Roraima 2,01% IBGE (2010) fica notório que o crescimento populacional nas áreas indígenas é bastante significativo no período de 1992 a 2007, um percentual de 90,55% em 15 anos, no entanto de 76 2007 a 2008 o percentual é de 3,50% e de 2008 a 2012 a população cresceu 15,44% representando um crescimento equilibrado, mas bastante significativo.

Embora tenha havido um crescimento populacional importante entre esses povos, os indígenas passaram por difícil processo de luta por causa de disputas de terras com arroteiros. Para delimitar seu território ou estabelecer limites institucionais das áreas tradicionalmente por eles ocupadas, os povos indígenas da Raposa Serra do Sol travaram uma luta que durou anos até



a efetivação da demarcação da TIRSS por meio do Decreto s/n de 15 de abril de 2005, nos termos da Portaria nº 534, de 13 de abril de 2005.

Após a efetivação do processo de desintrusão dos arroteiros da TIRSS, pouco a pouco as terras nas mãos dos indígenas vêm se tornando produtiva, especialmente com o aumento do rebanho de gado entre os Macuxi e Wapichana, resultado de uma iniciativa da Diocese de Roraima desde os anos 80, quando as comunidades recebiam 52 cabeças de gado e após cinco anos repassavam essa mesma quantidade de animais para outras aldeias.

Os rizicultores não ocupavam o espaço territorial onde se localizam os Ingarikó, porém o PARNA Monte Roraima está sobreposto as suas terras, situação que gerou muitos conflitos com o IBAMA, até a fase de implementação do Plano Pata Eseru, quando houve a eleição de Conselho Consultivo para auxiliar na gestão do PARNA.

Os indígenas encontram dificuldades no que se refere ao controle do território e no desenvolvimento de atividades promotoras de geração de renda, capacitação e valorização dos seus saberes, em virtude do acesso à área, das telecomunicações, dos serviços de energia elétrica, da educação, da infraestrutura sanitária e de saúde.

A agricultura de subsistência manteve-se estável enquanto a população teve um aumento considerável. O aumento populacional contribuiu para diminuição da caça e da pesca e a comunidade não tem alternativa a não ser adquirir alimentos no município mais próximo (Uiramutã) ou em Boa Vista, capital do Estado de Roraima.

A comunidade vivia da agricultura de subsistência, da pesca, da caça e da coleta de produtos da floresta. A base da alimentação do povo Ingarikó é oriunda da mandioca, produto do qual produzem o caxiri (bebida alimentícia servida desde o café da manhã até a última refeição da noite, concentrada pela mistura cozida da mandioca e da batata) e o pajuaru (bebida produzida a partir do beiju), a damorida (cozido de peixe ou carne cujo tempero principal é a pimenta).

É importante salientar que a carne vermelha (carne de caça) e o peixe são proteínas escassas na comunidade, face ao aumento e a sedentarização da população. Hoje, esses produtos não são suficientes para suprir a demanda da população. Diante da pouca produção de alimentos, os indígenas estão cada vez mais dependentes dos produtos industrializados, gerando resíduos que no futuro poderão prejudicar o ambiente natural.

Atualmente, a maioria dos alimentos é obtida por meio dos recursos econômicos advindos de programas sociais (bolsa família, aposentadorias, auxílio maternidade), salários de professores e agentes indígenas de saúde. Em função dessa mudança, os costumes da comunidade têm



sofrido alterações na produção agrícola e nos hábitos alimentares, uma vez que o consumo de produtos industrializados tem aumentado consideravelmente, tornando os indígenas reféns de transporte (avião de pequeno porte) para fazer suas compras em Boa Vista, capital do estado de Roraima, ou do município mais próximo da comunidade, o Uiramutã.

Não existem programas ou projetos estadual ou municipal que incentive a criação de animais silvestres ou domésticos em cativeiros. Muito menos assessoria técnica visando o aumento da produção de alimentos. Durante a entrevista com Tuxaua, Dilson Ingarikó fez uma descrição dos problemas enfrentados pelos Ingarikó em relação à insegurança alimentar e nutricional. Na sua fala percebe-se que a comunidade já discute essa questão em assembleias, conforme descrito abaixo.

Bem o primeiro passo seria a quantificação e qualificação da própria semente local... é que ficaria mais disponível, teria em grande quantidade.... estaria sendo distribuída para as demais comunidades... ou a comunidade seria abastecida e sobraria mais ainda... se comunidade pudesse vender aquilo ali para aquelas comunidades que está tendo dificuldade de produzir e ajudasse essas comunidades.... e que o posto de saúde tivesse sua merenda ou merenda escolar, o posto de saúde abastecido com alimentação local criação local.

Como a insegurança alimentar é uma questão discutida no interior da comunidade, o COPING já vem articulando com instituições públicas do governo estadual e federal por meio do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, um instrumento de política pública cujo objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

Por meio do COPING, o povo Ingarikó vem se preparando para inserir-se no PAA indígena, com a finalidade de aumentar a produção agrícola e a renda da comunidade, além de contribuir para reduzir a insegurança alimentar e nutricional. Essa ação está dentro de um dos princípios básicos do etnodesenvolvimento proposto do Stavenhagen (1985) o qual sugere o desenvolvimento alternativo.

Na tentativa de solucionar o problema, os Ingarikó têm interesse em desenvolver alguns projetos de iniciativa da própria comunidade como: roças comunitárias, roças individuais, hortas, criação de pequenos animais e criação de animais silvestres, mas para isso precisam de assistência técnica.

Percebe-se que o povo Ingarikó, por meio do COPING - Conselho dos Povos Indígenas Ingarikó, busca o desenvolvimento coletivo e a melhoria da qualidade de vida da comunidade; no



entanto, de acordo com Oliveira (2011, p. 30), para o alcance pleno desses objetivos é necessário inicialmente —fortalecer o próprio povo, tendo como foco —o aprimoramento dos costumes, da cultura, das crenças e das tradições, buscando —melhorias agrícolas e técnicas produtivas, sem perder de vista a preservação do meio ambiente, aspecto fundamental para a vida do povo.

Essa postura do povo Ingarikó corresponde ao que Stavenhagen (1985) reconhece como o conhecimento endógeno, que pressupõe respeito à identidade cultural e para isso carece de uma educação que respeite os valores locais, na perspectiva de oportunizar aos indígenas a utilização dos recursos existentes no interior das comunidades locais para sua autossustentação.

Os Ingarikó possuem conhecimentos e saberes sobre seu território, sua cultura e sua identidade na medida em que o aprendizado no interior da comunidade ocorre por meio da oralidade. São exímios conhecedores de suas necessidades básicas, apontando como ponto primordial o fortalecimento da agricultura necessitando de apoio técnico, com o propósito de quantificar e qualificar os produtos locais, como assegura Bonfil Batalla (1995), para o etnodesenvolvimento proporcionar um futuro para a comunidade, deverá agregar valores aos princípios e experiências históricas endógenas.

A preocupação com a possível diminuição de conhecimentos tradicionais, a maneira de transmitir os conhecimentos sobre a agricultura familiar e comunitária, das plantas que curam, até o cultivo de plantas frutíferas, que representam a maneira de ser do povo Ingarikó de se relacionar com a natureza e com o mundo, motivou as comunidades a questionar por que não havia a preocupação em educar, desenvolver e fazer pesquisas quanto aos métodos de cultivos mais adequados às suas necessidades e com tudo aquilo que é próprio do conhecimento Ingarikó.

De acordo com Oliveira (2011, p. 28), as —aldeias Serra do Sol, Sauparu, Awendei, Pipi, Kumaipá, Manalai, Mapaé/ Karumanpak Të presentes na VI assembleia reivindicaram a criação de um centro educacional, com o propósito de trocar experiências sobre agricultura, fortalecimento da cultura, —convivência social, —práticas educativas, estudo e pesquisa, de lazer e de vivência comunitária do povo Ingarikó e —dos demais povos que habitam a faixa de fronteira como os Patamona, Akawaio, Macuxi e Taurepang.

Percebe-se que a escola foi uma dessas conquistas que, apesar de ainda não atender aos preceitos legais da educação escolar indígena, esta vem sendo discutida nas assembleias por meio de proposições da comunidade. O livro didático utilizado pelos alunos é o mesmo usado pelos não indígenas, apesar da afirmação de que o currículo foi elaborado com a participação do





povo Ingarikó, o qual não atende a programas específicos para as escolas indígenas com material didático exclusivo e diferenciado.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O que se torna evidente é que muito dos projetos desenvolvidos na comunidade indígena Ingarikó com apoio institucional geram problemas seja pela não continuidade do que fora iniciado ou pela ação paternalista assumida pelos proponentes. Não há preocupação em promover formas de autogestão em seu processo de “desenvolvimento”. Constata-se que este “desenvolvimento” tem entraves para viabilizar os interesses e fixação dos Indígenas em suas terras.

O povo Ingarikó atua como protagonista quando está na aldeia durante as assembleias gerais e em outros eventos como a Feira das Sementes e nos Encontros de Fortalecimento e Incentivo à Economia Ingarikó, porque discutem e elegem uma série de prioridades que muitas vezes carecem de encaminhamento para instituições responsáveis por fazer acontecer. Apesar de encaminharem o deliberado, na maioria das vezes, não obtém êxito.

O povo Ingarikó não é protagonista do seu território, uma vez que não está incluído no processo de desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável com vistas à melhoria da qualidade vida da população local.

Por essa razão, o povo Ingarikó, diante das instituições responsáveis por cumprir a legislação, ainda não é protagonista, uma vez que na educação, o livro didático ainda não atende o que preconiza a legislação, os professores não dispõem de uma assessoria pedagógica regular, na Serra do Sol não existe um espaço físico composto de salas de aulas e não recebem merenda escolar de forma regular e regionalizada. Portanto, o povo não tem a educação que quer e merece.

O ensino técnico profissional é uma reivindicação do povo Ingarikó desde a XI assembleia. No entanto, essa modalidade de ensino ainda não é oferecida, porém demonstram interesse em agregar novos conhecimentos para ampliar a capacidade produtiva agrícola, agropecuária e de negociação com a sociedade envolvente na perspectiva do etnodesenvolvimento.

#### **REFERÊNCIAS**

AZANHA, Gilberto. Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismo de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil In: SOUZA LIMA, Antônio Carlos de; BARROSO-HOFFMAN, Maria (Org.) Etnodesenvolvimento e políticas públicas, bases para uma nova política indigenista, Rio de Janeiro: LACED, 2002,157p.



BONFIL BATALLA, Guillermo et al. América Latina: etnodesarrollo, etnocídio. Costa Rica: FLASCO, 1982.

\_\_\_\_\_, Etnodesarrollo: sus premisas jurídicas, políticas y de organización. In: Obras escogidas de Guillermo Bonfil Batalla. Tomo 2, México: INAH/INI, 1995, pp 464 – 480.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Entenda o que está acontecendo na Terra Indígena Raposa-Serra do Sol, em Roraima. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=1526>>. Acesso: 18 jun. 2009.

LAURIOLA, Vincenzo. Ecologia Global contra Diversidade Cultural? Conservação da Natureza e Povos Indígenas no Brasil. O Monte Roraima entre Parque Nacional e Terra Indígena Raposa-Serra do Sol, Ambiente & Sociedade - Vol. V - no 2 - ago./dez. 2002 - Vol. VI - no 1 - jan./jul. 2003.

LITTLE, Paul E. **Etnoecologia e direitos dos povos: elementos de uma nova ação indigenista**. In. SOUZA LIMA, Antonio C. & BARROSO-HOFFMANN, Maria (org.). *Etnodesenvolvimento e políticas públicas*. Rio de Janeiro, LACED, Contracapa, 2002.

NASCIMENTO, Márcio José Alvim do. **Manejo Sustentável: uma Questão de Sobrevivência**. In: VERDUM, Ricardo e ARAÚJO, André. *Experiências de Assistência Técnica e Extensão Rural junto aos Povos Indígenas: O Desafio da Interculturalidade*. Brasília: NEAD/SAF, 2010. 334 p.

OLIVEIRA, Sara Lima (Cons.). Projeto de cooperação técnica internacional BRA/IICA/07/009 – desenvolvimento territorial. Relatório Contendo Análise e parecer sobre os projetos de infraestrutura propostos em 2011 no Território Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Boa Vista: IICA, SDT, MDA, 2011.

STAVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. *Anuário Antropológico*, v. 84, p.11-44, 1985.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo: Cortez, 2009.

VERDUM, Ricardo e ARAÚJO, André. *Experiências de Assistência Técnica e Extensão Rural junto aos Povos Indígenas: O Desafio da Interculturalidade*. Brasília: NEAD/SAF, 2010. 334 p.